



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

Fone: (66) 3583-3100 - www.vera.mt.gov.br
Avenida Ottawa, 1651 - Setor Administrativo - CEP 78.880-000 - VERA - Mato Grosso

PROJETO DE LEI Nº 002/2026

DATA: 19 DE JANEIRO DE 2026.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CONVÊNIO, PARA A ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DA TERCEIRA IDADE VIVA A VIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR YAGO PEZARICO GIACOMELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE VERA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ENCAMINHA PARA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado por esta Lei, repassar recursos financeiros, mediante Termo de Colaboração para a **ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DA TERCEIRA IDADE VIVA A VIDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.071.870/0001-75, com sede provisória na Avenida Padre Antônio, nº 384, centro, em Vera –MT.

Parágrafo único: Os recursos repassados por esta Lei destinam-se para despesas de custeio da Associação para fins de realização de atividades de entretenimento dos idosos integrantes da Associação.

Art. 2º. O valor total do repasse financeiro para o presente exercício é de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, a ser concedido em **10 (dez) parcelas mensais** no valor de **R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)** cada uma, vencíveis todo dia 10 (dez) de cada mês, no período de **Março de 2026 à Dezembro de 2026**.

Art. 3º. As despesas decorrentes dessa Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria de Administração e Finanças:

08 – Secretaria de Assistência Social Trabalho e Cidadania;

005 – Fundo Municipal dos direitos dos idosos;

08 – Assistência Social;

241 – Assistência a pessoa Idosa;

0024 – Gestão do SUAS;

2059 – Manutenção com serviços de Proteção Social ao Idoso- Alta Complexidade;

3360.41.00.00.00 – Contribuições - (Cód. Red. - 556).

Art. 4º. A Associação do Clube da Terceira Idade Viva a Vida deverá prestar contas dos recursos recebidos em no máximo 30 (trinta) dias, após cada recebimento, ficando vedado o recebimento de novos recursos até que preste conta dos valores recebidos anteriormente.

Parágrafo único. A Prestação de Contas deverá ser apresentada, instruída com os seguintes documentos:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

Fone: (66) 3583-3100 - www.vera.mt.gov.br

Avenida Ottawa, 1651 - Setor Administrativo - CEP 78.880-000 - VERA - Mato Grosso

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Demonstrativo da receita e despesas;
- c) Relação de pagamentos efetuados;
- d) Conciliação Bancária, quando for o caso;
- e) Cópia de 03 (três) orçamentos dos produtos adquiridos e ou serviços contratados;
- f) Cópia das notas fiscais contendo: a indicação do número do Convênio, descrição do bem/serviço adquirido, com as quantidades unitárias e totais dos valores, vedadas as generalizações e abreviações que impeçam o conhecimento da natureza das despesas; carimbo de atesto do recebimento dos bens/serviços pelo Tomador; carimbo de recebimento dos valores pelo Emitente da nota fiscal ou recibo, com assinatura identificável;
- g) Extrato Bancário demonstrando o crédito dos recursos e as respectivas ordens bancárias, transferências ou pix realizados para cobertura das despesas;
- h) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela CONCEDENTE, quando for o caso.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE VERA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

YAGO PEZARICO GIACOMELLI
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

Fone: (66) 3583-3100 - www.vera.mt.gov.br
Avenida Ottawa, 1651 - Setor Administrativo - CEP 78.880-000 - VERA - Mato Grosso

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 002/2026

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Atendendo solicitação da Associação do Clube da Terceira Idade Viva a Vida, associação sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1.262/2018 encaminhamos à Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei com a finalidade de solicitar ao Egrégio Poder Legislativo autorização para firmar Convênio com a referida Associação, objetivando o repasse de recursos financeiros no valor mensal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

O valor total do auxilio financeiro para este ano de 2026, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser repassado em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) cada uma. O valor destina-se às despesas de custeio para a manutenção do Clube da Terceira Idade, tais como, locação de espaço, aquisição de materiais para o desenvolvimento de atividades recreativas, religiosas e colaborativas com outras entidades.

Observamos que o Clube da Terceira Idade é formado por aproximadamente 30 idosos, que se reúnem semanalmente para realização de atividade em comum, as quais beneficiam a saúde mental e física dos idosos, além de mantê-los ativos e dispostos para as atividades cotidianas de cada um.

A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ocorrer a cada 30 (trinta) dias, conforme os convênios firmados com outras entidades.

Em assim sendo, considerando tratar-se de uma entidade que propicia o bem estar para diversos idosos de nossa cidade e contribui para a melhoria da saúde dos mesmos, através de entretenimento e colhimento, contamos com o apoio deste Egrégio Poder Legislativo para aprovação da presente matéria.

Cordialmente,

YAGO PEZARICO GIACOMELLI
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO - PROJETO DE LEI Nº 002/2026
MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº ----/2026

Pelo presente instrumento que entre si fazem, para a execução de objeto de interesse público e recíproco, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA-MT**, pessoa jurídica de direito de público, inscrita no CNPJ: 00.179.531/0001-93, Avenida Ottawa, nº 1651, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **YAGO PEZARICO GIACOMELLI**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº **4254** SSP/MT, inscrito no CPF sob nº ***.769.631-**, residente e domiciliado na Rua Bolívia, nº 1857, QD 98, LT16, Centro, Vera/MT, doravante denominado de **MUNICÍPIO** e **ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DA TERCEIRA IDADE VIVA A VIDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.071.870/0001-75, com sede provisória na Avenida Padre Antônio, nº 384, centro, em Vera - MT, Entidade de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, representada neste ato por seu Presidente Sr. -----, brasileiro, casado, portador do RG n.º-----SSP/PR, inscrito no CPF n.º -----, residente e domiciliado na -----, -----, em Vera - MT, doravante denominada **OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, autorizado pela **LEI MUNICIPAL Nº ----/2026**, de --- de ----- de 2026, que será regido mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente termo tem por objeto celebrar termo de parceria com repasse de recursos financeiros, por parte do **MUNICÍPIO**, à **OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, a título de **COLABORAÇÃO**, no valor total de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, para fins de repasse de recursos financeiros destinados a realização de atividades de entretenimento dos idosos integrantes da associação.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

2.1. O prazo de vigência deste **TERMO DE COLABORAÇÃO** terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, caso em que deverá ser justificada e comprovada à necessidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONVENIO FINANCEIRO:

3.1. O valor total do fomento financeiro previsto no item 1.1 deste instrumento será de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, que será transferido pelo **MUNICÍPIO** para conta bancária específica da **OSC - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, qual seja: -----, Banco -----, Agência -----, Conta Corrente ----- a serem pagos em **10 (DEZ) parcelas de R\$ 1.000,00 (hum mil reais)**, cada uma, sendo todo o dia 10 de cada mês, **a partir de Março de 2026 a Dezembro de 2026**.

3.2. Os recursos financeiros repassados deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades previstas na Cláusula Primeira.

CLAUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas com a execução deste Termo correrão por conta de verba própria consignada no orçamento municipal vigente, suplementada, se necessário, alocada conforme especificado no quadro abaixo:

08 – Secretaria de Assistência Social Trabalho e Cidadania;

005 – Fundo Municipal dos direitos dos idosos;

08 – Assistência Social;

241 – Assistência a pessoa Idosa;

0024 – Gestão do SUAS;

2059 – Manutenção com serviços de Proteção Social ao Idoso- Alta Complexidade;



3360.41.00.00.00 – Contribuições - (Cód. Red. - 556).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

5.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) publicar o extrato do Termo de COLABORAÇÃO no Diário Oficial utilizado pela Poder Executivo Municipal;
- b) liberar os recursos previstos no item 3.1 deste termo por meio de transferência bancária e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO;
- c) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- d) fornecer a OSC – Organização da Sociedade Civil, normas e instruções para a prestação de contas do recurso recebido;
- e) instaurar tomada de contas, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
- f) receber e analisar a prestação de contas final do recurso aplicado na consecução do objeto deste Termo de COLABORAÇÃO.
- g) este Termo poderá ser revisto e ajustado pela Administração Pública a qualquer tempo mediante Termo Aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

5.2. São obrigações da OSC – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BENEFICIÁRIA:

- a) manter escrituração contábil regular e apresentar as Certidões Negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, regularidade do FGTS, certidão negativa do INSS;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste TERMO DE COLABORAÇÃO;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica deste Termo de COLABORAÇÃO;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) realizar a pesquisa de preços dos itens e serviços a serem adquiridos pela OSC – Organização da Sociedade Civil, respeitando as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- h) observar obrigatoriamente o critério do menor preço para adquirir os itens e serviços previstos no Plano de Trabalho;
- i) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no TERMO DE COLABORAÇÃO ou de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- j) responsabilizar-se e responder perante União, Estado, Municípios e Terceiros por qualquer dano ambiental, moral ou material que for decorrente de projeto e da execução da obra/serviço;
- k) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste TERMO DE COLABORAÇÃO, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- l) promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme plano de trabalho, bem como, os saldos remanescentes decorrentes das aplicações financeiras correspondentes, salvo se forem utilizados.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:



6.1. A OSC – Organização da Sociedade Civil deverá prestar contas dos recursos recebidos, ao Departamento de Convênios, da Prefeitura Municipal de Vera – MT, até o dia 10 (dez) do mês subsequente do recebimento.

6.2. A prestação de contas apresentada pela OSC – Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme o plano de trabalho, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- a) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- b) Demonstrativo da receita e despesas;
- c) Relação de pagamentos efetuados;
- d) Conciliação Bancária, quando for o caso;
- e) Cópia de 03 (três) orçamentos dos produtos adquiridos e ou serviços contratados;
- f) Cópia das notas fiscais contendo: a indicação do número do Convênio, descrição do bem/serviço adquirido, com as quantidades unitárias e totais dos valores, vedadas as generalizações e abreviações que impeçam o conhecimento da natureza das despesas; carimbo de atesto do recebimento dos bens/serviços pelo Tomador; carimbo de recebimento dos valores pelo Emitente da nota fiscal ou recibo, com assinatura identificável;
- g) Extrato Bancário demonstrando o crédito dos recursos e as respectivas ordens bancárias, transferências ou pix realizados para cobertura das despesas;
- h) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela CONCEDENTE, quando for o caso.

6.3. A falta da prestação de contas no prazo estipulado implicará a suspensão dos repasses financeiros até que seja realizada a prestação de contas, podendo o Poder Executivo Municipal instaurar, a qualquer tempo, a tomada de contas especial.

6.4. A recusa da prestação de contas, a aplicação indevida ou o mau gerenciamento dos recursos recebidos implicará a suspensão da subvenção, devendo os valores recebidos serem devolvidos ao Município, atualizados pelo índice do INPC/IBGE, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal dos administradores da associação beneficiária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES:

7.1. É vedada a utilização dos recursos provenientes deste instrumento, sob pena de rescisão e imediata prestação de contas, a saber:

- a) em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- b) no pagamento de despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência do presente termo;
- c) na realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- d) na realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES:

8.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC – Organização da Sociedade Civil parceira as seguintes sanções:

I - Advertência;

II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a

administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

8.2. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Poder Executivo Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

8.3. Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

8.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

9.1. O presente TERMO poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

9.2. Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Instrumento, a OSC – Organização da Sociedade Civil, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, é obrigado a recolher a restituição à CONTA DO MUNICÍPIO por meio da Guia de Recolhimento do Município:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do Instrumento;

II - o valor total transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto da avença;

b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO DE COLABORAÇÃO;

d) quando o valor correspondente às despesas for comprovado com documentos inidôneos ou impugnado, os valores deverão ser ressarcidos aos cofres públicos e atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais;

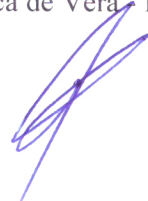
e) o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não for comprovado o seu emprego na consecução do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, ou ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICIDADE:

10.1. A eficácia do presente TERMO DE COLABORAÇÃO ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios Mato Grossense – AMM e/ou no Diário Oficial do TCE/MT, a qual deverá ser providenciada pelo Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste TERMO DE COLABORAÇÃO, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Vera MT, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.



11.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vera – MT, --- de ----- de 2026.

**YAGO PEZARICO GIACOMELLI – PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
CONCEDENTE**

******* – PRESIDENTE
ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DA TERCEIRA IDADE VIVA A VIDA
CONVENENTE**

Testemunhas:

Nome: -----
CPF: ***,---,***_**

Nome: -----
CPF: ***,---,***_**

